

POLÍTICAS DE INCENTIVO FINANCEIRO E PERMANÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA NO BRASIL

Pedro Gonçalves de Sá Júnior

Mestrando em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Mateus de Macedo

Mestre em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Ivanir Crestani Mendes Vicente

Mestra em Ciências da Educação
São Luís University (SLU), Orlando, Flórida, USA

Gilberto Carlos Vicente

Mestre em Ciências da Educação
São Luís University (SLU), Orlando, Flórida, USA

Bárbara Dornelas Marcato Prado

Mestranda em Educação com ênfase em Gestão e Organização de Centros Educativos
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Maria Arleide Lima dos Santos

Mestra em Ciências da Educação
São Luís University (SLU), Orlando, Flórida, USA

Ana Alves Ramos

Mestra em Saúde Pública
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - Fiocruz (ENSP), Rio de Janeiro, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2166-4604>

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i5.639>

Aceito em: 05.05.2026

Resumo: O presente artigo analisa os impactos do Programa Pé-de-Meia na permanência escolar de estudantes do Ensino Médio público brasileiro, considerando seus benefícios e limitações no contexto das políticas públicas educacionais. A pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando procedimentos bibliográficos e documentais, com base em dados oficiais e em referenciais teóricos sobre desigualdade educacional e políticas de incentivo financeiro. Os resultados indicam que o programa contribui significativamente para a redução da evasão escolar, ao atuar diretamente sobre fatores socioeconômicos que influenciam o abandono dos estudos, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social. No entanto, a análise também evidencia que a permanência escolar promovida pelo incentivo financeiro



não garante, por si só, a qualidade da aprendizagem, sendo necessária a articulação com outras políticas educacionais estruturantes. Conclui-se que o Programa Pé-de-Meia representa uma estratégia relevante para a promoção da permanência escolar, embora apresente limitações que demandam análises contínuas e aprofundadas sobre seus impactos a longo prazo.

Palavras-chave: Permanência escolar; Evasão escolar; Políticas públicas educacionais; Incentivo financeiro; Ensino médio.

*FINANCIAL INCENTIVE POLICIES AND SCHOOL RETENTION: AN ANALYSIS OF
THE PÉ-DE-MEIA PROGRAM IN BRAZIL*

Abstract: This article analyzes the impacts of the Pé-de-Meia Program on school retention among public high school students in Brazil, considering its benefits and limitations within the context of educational public policies. The study is characterized as applied research, with a qualitative and quantitative approach, using bibliographic and documentary procedures based on official data and theoretical frameworks related to educational inequality and financial incentive policies. The results indicate that the program significantly contributes to reducing school dropout rates by directly addressing socioeconomic factors that influence school abandonment, especially among students in vulnerable situations. However, the analysis also shows that retention promoted by financial incentives alone does not guarantee the quality of learning, requiring articulation with other structural educational policies. It is concluded that the Pé-de-Meia Program represents a relevant strategy for promoting school retention, although it presents limitations that require continuous and in-depth analysis of its long-term impacts.

Keywords: School retention; School dropout; Educational public policies; Financial incentives; High school.

*POLÍTICAS DE INCENTIVO FINANCIERO Y PERMANENCIA ESCOLAR: UN
ANÁLISIS DEL PROGRAMA PÉ-DE-MEIA EN BRASIL*

Resumen: El presente artículo analiza los impactos del Programa Pé-de-Meia en la permanencia escolar de estudiantes de la educación secundaria pública brasileña, considerando sus beneficios y limitaciones en el contexto de las políticas públicas educativas. La investigación se caracteriza como de naturaleza aplicada, con enfoque cualitativo y cuantitativo, utilizando procedimientos bibliográficos y documentales, con base en datos oficiales y en marcos teóricos sobre desigualdad educativa y políticas de incentivo financiero. Los resultados indican que el programa contribuye significativamente a la reducción de la deserción escolar, al actuar directamente sobre factores socioeconómicos que influyen en el abandono de los estudios, especialmente entre estudiantes en situación de vulnerabilidad social. No obstante, el análisis también evidencia que la permanencia escolar promovida por

el incentivo financiero no garantiza, por sí sola, la calidad del aprendizaje, siendo necesaria su articulación con otras políticas educativas estructurales. Se concluye que el Programa Pé-de-Meia representa una estrategia relevante para la promoción de la permanencia escolar, aunque presenta limitaciones que requieren análisis continuos y más profundos sobre sus impactos a largo plazo.

Palabras clave: Permanencia escolar; Deserción escolar; Políticas públicas educativas; Incentivo financiero; Educación secundaria.

1 Introdução

A evasão escolar no Ensino Médio brasileiro constitui um dos principais desafios históricos da Educação Pública, sendo resultado de um conjunto de fatores que envolvem dimensões sociais, econômicas e educacionais. Entre esses fatores, destaca-se a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, que leva muitos jovens a abandonarem a escola antes da conclusão da educação básica.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciam que uma parcela significativa dos estudantes interrompe sua trajetória escolar por motivos relacionados à renda familiar, o que reforça a relação direta entre desigualdade socioeconômica e permanência escolar (IBGE, 2023).

Essa realidade evidencia que o acesso à escola, embora tenha sido ampliado nas últimas décadas, não garante, por si só, a permanência e a conclusão dos estudos. A permanência escolar deve ser compreendida como um fenômeno complexo, que envolve não apenas a presença física do estudante na escola, mas também condições materiais, emocionais e pedagógicas que possibilitem a continuidade do processo educativo. Nesse sentido, torna-se necessário problematizar as limitações das políticas educacionais centradas exclusivamente no acesso, destacando a importância de estratégias que assegurem a permanência com qualidade.

A relação entre desigualdade social e desempenho educacional tem sido amplamente discutida na literatura. Conforme analisa Pierre Bourdieu, o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades existentes na sociedade, uma vez que não considera as diferentes formas de capital cultural que os estudantes trazem de seus contextos familiares (BOURDIEU, 1998). Dessa forma, estudantes oriundos de contextos socialmente vulneráveis enfrentam maiores dificuldades para se manter na escola, o que contribui para a perpetuação das desigualdades sociais.

Nesse contexto, as políticas públicas de educação passaram a incorporar estratégias que articulam o acesso à escola com mecanismos de permanência, especialmente por

meio de programas de transferência de renda. Tais políticas partem do pressuposto de que a garantia de condições materiais mínimas é fundamental para que os estudantes possam continuar seus estudos. De acordo com Amartya Sen, o desenvolvimento deve ser compreendido como a ampliação das capacidades individuais, sendo a educação um elemento central nesse processo (SEN, 2010). Assim, ao reduzir restrições econômicas, políticas de incentivo financeiro contribuem para ampliar as oportunidades educacionais.

No Brasil, programas como o Bolsa Família já demonstraram impactos positivos na frequência escolar, indicando que a transferência de renda pode atuar como um fator relevante na redução da evasão. No entanto, tais políticas também são alvo de críticas, especialmente no que se refere à sua capacidade de promover mudanças estruturais na educação. Conforme argumenta Dermeval Saviani, políticas de caráter compensatório são importantes, mas não suficientes para enfrentar as desigualdades educacionais de forma estrutural (SAVIANI, 2008).

Nesse cenário, surge o Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024, como uma política pública voltada especificamente para o Ensino Médio. O programa propõe a criação de uma poupança educacional para estudantes da rede pública, condicionando o recebimento de benefícios a matrícula, a frequência, a aprovação e a participação em avaliações educacionais. Segundo o Ministério da Educação, a iniciativa tem como objetivo reduzir a evasão escolar e incentivar a conclusão do ensino médio (BRASIL, 2024).

A proposta do Programa Pé-de-Meia representa um avanço no campo das políticas públicas educacionais, ao reconhecer que a permanência escolar está diretamente relacionada às condições socioeconômicas dos estudantes. Ao oferecer incentivos financeiros ao longo da trajetória escolar, o programa busca reduzir a pressão econômica que leva muitos jovens a abandonarem os estudos, contribuindo para a ampliação das oportunidades educacionais.

Entretanto, a implementação recente do programa levanta questionamentos relevantes acerca de sua efetividade e de seus limites. Um dos principais pontos de debate refere-se à natureza da permanência escolar promovida pelo incentivo financeiro. Nesse sentido, torna-se necessário investigar se a permanência garantida pelo programa está associada a processos efetivos de aprendizagem ou se se restringe à manutenção do estudante no espaço escolar.

Além disso, é importante considerar que a permanência escolar envolve múltiplas dimensões, incluindo a qualidade do ensino, a formação dos professores, as condições

de infraestrutura das escolas e o engajamento dos estudantes. Dessa forma, políticas de incentivo financeiro devem ser analisadas em articulação com outras estratégias educacionais, evitando interpretações simplistas que atribuam à transferência de renda a solução de problemas estruturais da educação.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de análise de dados empíricos que permitam avaliar os impactos do programa em diferentes contextos sociais e regionais. Por se tratar de uma política recente, ainda há limitações quanto à disponibilidade de dados consolidados, o que reforça a importância de estudos que investiguem seus efeitos ao longo do tempo.

Diante desse cenário, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender os impactos do Programa Pé-de-Meia na permanência escolar, contribuindo para o debate sobre políticas públicas educacionais no Brasil. A relevância da pesquisa está relacionada à análise de uma política recente, que possui potencial para influenciar significativamente a trajetória educacional de milhões de estudantes.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos do Programa Pé-de-Meia na permanência escolar de estudantes do Ensino Médio público brasileiro, considerando seus benefícios e limitações no contexto das políticas públicas educacionais. Busca-se compreender em que medida o incentivo financeiro contribui para a redução da evasão escolar, ao mesmo tempo em que se problematizam os desafios estruturais que ainda permeiam a educação básica no país.

Embora o presente estudo dialogue com referenciais teóricos consolidados no campo das políticas públicas educacionais, não se propõe a desenvolver uma inovação teórica propriamente dita. Sua contribuição situa-se, sobretudo, no plano analítico e contextual, ao examinar uma política pública recente ainda pouco explorada na literatura acadêmica.

Nesse sentido, a pesquisa assume um caráter predominantemente interpretativo, articulando dados secundários e aportes teóricos para compreender os possíveis efeitos do Programa Pé-de-Meia sobre a permanência escolar.

Tal posicionamento implica reconhecer que a contribuição científica do estudo não reside na proposição de novos modelos explicativos, mas na sistematização crítica de evidências iniciais e na problematização dos limites e potencialidades de políticas de incentivo financeiro no contexto educacional brasileiro.

Dessa forma, o trabalho busca oferecer subsídios para o avanço do debate acadêmico, especialmente no que se refere à análise de políticas emergentes, ainda em fase de consolidação, cuja avaliação empírica longitudinal permanece incipiente.

Assim, a relevância da pesquisa está associada à sua capacidade de interpretar, à luz de referenciais teóricos consistentes, uma política pública contemporânea, contribuindo para a compreensão de seus efeitos no cenário educacional e indicando caminhos para investigações futuras de natureza mais aprofundada e empiricamente orientada.

2 Fundamentação teórica

Nas últimas décadas, a relação entre desigualdade social e permanência escolar tem sido amplamente investigada no campo das políticas públicas educacionais, com ênfase crescente na análise de programas de transferência de renda condicionada. Estudos recentes, tanto no contexto brasileiro quanto internacional, têm buscado compreender os efeitos dessas políticas não apenas sobre o acesso à educação, mas sobretudo sobre a permanência e o engajamento dos estudantes ao longo da trajetória escolar (Ridolfi *et al.*, 2026).

No cenário internacional, pesquisas apontam que programas de incentivo financeiro apresentam impactos consistentes na redução da evasão escolar no curto prazo, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, esses estudos também indicam limites importantes, sobretudo no que se refere à capacidade dessas políticas de promover melhorias substantivas na aprendizagem e no desempenho acadêmico (Fiszbein; Schady, 2009; Baird *et al.*, 2019; García; Saavedra, 2021).

No contexto brasileiro, a literatura recente tem avançado na análise dos efeitos de políticas como o Bolsa Família e programas correlatos, evidenciando que a transferência de renda condicionada contribui para o aumento da frequência escolar, mas apresenta resultados mais modestos em relação à qualidade da aprendizagem (Glewwe; Kassouf, 2012; Rasella *et al.*, 2020; Simões; Sabates, 2021).

Esses achados reforçam a compreensão de que a permanência escolar, embora necessária, não é condição suficiente para garantir processos educativos efetivos.

Apesar desses avanços, observa-se que ainda são incipientes os estudos que analisam políticas mais recentes voltadas especificamente ao ensino médio, como o Programa Pé-de-Meia. Tal lacuna evidencia a necessidade de investigações que articulem evidências

empíricas iniciais com aportes teóricos consolidados, de modo a compreender os limites e potencialidades dessas novas iniciativas no enfrentamento da evasão escolar.

Nesse sentido, o presente estudo insere-se nesse campo de debate ao propor uma análise interpretativa de uma política emergente, buscando contribuir para a consolidação de um corpo analítico que ainda se encontra em construção na literatura educacional.

2.1 Desigualdade social e educação no Brasil

A relação entre desigualdade social e educação no Brasil constitui um dos principais eixos de análise para a compreensão das dificuldades enfrentadas no processo de escolarização, especialmente no que se refere à permanência dos estudantes no ensino médio. Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi estruturado em um contexto marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, o que contribuiu para a consolidação de um modelo que, em muitos casos, reproduz as disparidades existentes na sociedade.

Nesse sentido, a educação não pode ser analisada de forma isolada, mas sim como parte de um conjunto mais amplo de relações sociais que influenciam diretamente o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que estudantes oriundos de famílias de baixa renda apresentam maiores índices de evasão escolar, o que evidencia a influência das condições socioeconômicas na trajetória educacional (IBGE, 2023). Tal cenário reforça a necessidade de compreender a educação como um fenômeno social complexo, atravessado por desigualdades estruturais.

A análise dessa problemática encontra respaldo na obra de Pierre Bourdieu, que introduz o conceito de capital cultural como um dos elementos centrais para a compreensão das desigualdades educacionais. Segundo o autor, o sistema escolar tende a valorizar determinados padrões culturais que são mais facilmente acessados por estudantes de classes sociais favorecidas, o que coloca os demais em situação de desvantagem desde o início de sua trajetória escolar (BOURDIEU, 1998). Nesse sentido, a escola, ao invés de promover igualdade de oportunidades, pode atuar como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais.

Essa perspectiva evidencia que o fracasso escolar não pode ser atribuído exclusivamente ao indivíduo, mas deve ser compreendido a partir das condições sociais em que ele está inserido. A ausência de recursos materiais, a necessidade de trabalhar e a falta de apoio familiar são fatores que impactam diretamente o desempenho e a

permanência dos estudantes na escola. Dessa forma, a evasão escolar emerge como uma consequência de um conjunto de desigualdades que extrapolam o espaço escolar.

Além disso, é importante destacar que a desigualdade educacional no Brasil também se manifesta em aspectos estruturais, como a diferença na qualidade das escolas públicas e privadas, a distribuição desigual de recursos e a precarização das condições de ensino em determinadas regiões do país. Tais fatores contribuem para a manutenção de um sistema educacional desigual, no qual nem todos os estudantes têm acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem.

Sob essa perspectiva, a educação deve ser compreendida como um direito social que demanda políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades estruturais. Nesse contexto, a atuação do Estado torna-se fundamental para a promoção da equidade educacional, por meio da implementação de políticas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

De acordo com Amartya Sen, o desenvolvimento está diretamente relacionado à ampliação das liberdades individuais, sendo a educação um dos principais instrumentos para a construção dessas capacidades (SEN, 2010). Assim, a permanência na escola deve ser compreendida como um fator essencial para o desenvolvimento humano, uma vez que possibilita a ampliação das oportunidades de inserção social e econômica.

Entretanto, a garantia do direito à educação em contextos marcados pela desigualdade exige a adoção de políticas públicas que considerem as especificidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, programas de transferência de renda associados à educação surgem como estratégias importantes para minimizar os impactos das desigualdades socioeconômicas, contribuindo para a permanência escolar.

Dessa forma, a análise da desigualdade social no contexto educacional brasileiro evidencia a necessidade de políticas públicas que atuem de forma integrada, considerando tanto os aspectos econômicos quanto pedagógicos. A compreensão dessas relações é fundamental para a análise de programas como o Pé-de-Meia, que se propõem a enfrentar a evasão escolar por meio do incentivo financeiro, inserindo-se em um cenário mais amplo de busca por equidade educacional.

2.2 Evasão escolar no Ensino Médio

A evasão escolar no ensino médio brasileiro configura-se como um fenômeno complexo e multifatorial, que envolve dimensões econômicas, sociais, culturais e institucionais. Trata-se de um problema persistente no sistema educacional, que

compromete não apenas a trajetória individual dos estudantes, mas também o desenvolvimento social e econômico do país. Nesse contexto, compreender as causas e os desdobramentos da evasão escolar torna-se fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a evasão escolar atinge, de forma mais intensa, estudantes em situação de vulnerabilidade social, evidenciando a relação direta entre desigualdade econômica e abandono dos estudos (IBGE, 2023).

Entre os principais fatores apontados estão a necessidade de trabalhar, a falta de interesse pelos conteúdos escolares, a defasagem idade-série e as dificuldades de aprendizagem. Esses elementos indicam que a evasão não pode ser compreendida como uma escolha individual isolada, mas como resultado de condições estruturais que limitam a permanência dos estudantes na escola.

Além dos fatores socioeconômicos, a organização do próprio ensino médio também contribui para o agravamento desse cenário. A estrutura curricular, muitas vezes descontextualizada da realidade dos estudantes, associada a práticas pedagógicas pouco atrativas, pode gerar desmotivação e afastamento do ambiente escolar. Nesse sentido, a evasão escolar também se relaciona com a falta de significado atribuído à escola pelos jovens, o que reforça a necessidade de repensar o papel da educação na formação dos estudantes.

A literatura educacional aponta que a evasão escolar é frequentemente precedida por um processo gradual de distanciamento do estudante em relação à escola, caracterizado por faltas recorrentes, baixo rendimento e desengajamento (Bueno *et al.*, 2025). Esse processo, muitas vezes invisibilizado, culmina no abandono definitivo dos estudos. Assim, a evasão deve ser compreendida como um fenômeno processual, e não como um evento isolado, o que exige intervenções precoces por parte das instituições educacionais.

Sob a perspectiva teórica, a evasão escolar pode ser analisada à luz das desigualdades sociais discutidas por Pierre Bourdieu, que evidenciam como o sistema educacional tende a favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros (BOURDIEU, 1998). Nesse sentido, estudantes provenientes de contextos socialmente vulneráveis enfrentam maiores obstáculos para permanecer na escola, o que contribui para a reprodução das desigualdades ao longo das gerações.

Outro aspecto relevante refere-se à transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, momento em que se observa um aumento significativo nos índices

de evasão. Essa etapa da educação básica exige maior autonomia dos estudantes e, frequentemente, coincide com o aumento das responsabilidades familiares e econômicas, o que pode dificultar a continuidade dos estudos. Assim, o ensino médio configura-se como uma fase crítica para a permanência escolar.

Além disso, estudos recentes têm apontado que fatores emocionais e psicológicos também influenciam a evasão escolar, como a baixa autoestima, a falta de pertencimento ao ambiente escolar e a ausência de perspectivas futuras. Esses elementos reforçam a necessidade de uma abordagem mais ampla, que considere o estudante em sua totalidade, e não apenas sob o aspecto acadêmico (Ridolfi *et al.*, 2026a).

Diante desse cenário, torna-se evidente que o enfrentamento da evasão escolar exige a implementação de políticas públicas integradas, que atuem tanto sobre as condições socioeconômicas quanto sobre a qualidade do ensino. Nesse contexto, programas de incentivo financeiro, como o Programa Pé-de-Meia, surgem como estratégias relevantes para reduzir os índices de abandono escolar, ao oferecer suporte econômico aos estudantes.

Entretanto, é importante destacar que, embora tais políticas contribuam para a permanência escolar, elas não eliminam as causas estruturais da evasão. Dessa forma, a análise da evasão escolar no ensino médio deve considerar a complexidade do fenômeno, reconhecendo a necessidade de ações articuladas que promovam não apenas a permanência, mas também a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Ainda que a literatura identifique múltiplos fatores associados à evasão escolar, observa-se uma tendência recorrente de simplificação do fenômeno em análises que privilegiam dimensões isoladas, especialmente a econômica. Tal redução analítica pode obscurecer a complexidade das dinâmicas escolares, limitando a formulação de políticas públicas mais abrangentes. Nesse sentido, torna-se necessário questionar em que medida as estratégias adotadas têm sido capazes de enfrentar a evasão em sua dimensão estrutural, e não apenas em seus efeitos mais imediatos.

2.3 Políticas públicas educacionais no Brasil

As políticas públicas educacionais no Brasil têm sido historicamente construídas em meio a desafios estruturais relacionados à desigualdade social, à distribuição desigual de recursos e às limitações institucionais do Estado. Nesse contexto, a educação configura-se como um direito social fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988, e como um instrumento essencial para a promoção da equidade e do desenvolvimento social.

A partir da redemocratização do país, observa-se uma ampliação significativa das políticas voltadas a universalização do acesso a Educação Básica. No entanto, apesar dos avanços no que se refere à matrícula, persistem desafios relacionados à permanência e à qualidade do ensino. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que, embora o acesso à escola tenha se expandido nas últimas décadas, os índices de evasão escolar ainda representam um problema relevante, especialmente no ensino médio (IBGE, 2023).

Nesse cenário, as políticas públicas educacionais passaram a incorporar estratégias voltadas não apenas ao acesso, mas também à permanência dos estudantes na escola. Conforme argumenta Dermeval Saviani, a educação deve ser compreendida como um processo que envolve tanto a garantia de condições de acesso quanto a criação de meios efetivos para a aprendizagem (SAVIANI, 2008). Dessa forma, políticas educacionais eficazes devem articular diferentes dimensões, incluindo aspectos pedagógicos, sociais e econômicos.

Ao longo das últimas décadas, o Estado brasileiro tem implementado diversas políticas com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais, como programas de financiamento da educação, políticas de avaliação em larga escala e iniciativas voltadas à formação de professores. Além disso, destaca-se a criação de programas sociais que articulam educação e transferência de renda, reconhecendo que fatores econômicos influenciam diretamente a trajetória escolar dos estudantes.

Nesse contexto, políticas como o Programa Bolsa Família evidenciaram que a transferência de renda condicionada à frequência escolar pode contribuir para a redução da evasão, ao incentivar a permanência dos estudantes na escola. Tais iniciativas representam uma mudança de paradigma nas políticas públicas educacionais, ao reconhecer que a garantia do direito à educação depende também de condições materiais que viabilizem a continuidade dos estudos.

Sob a perspectiva teórica, a atuação do Estado na promoção da equidade educacional pode ser compreendida à luz das contribuições de Amartya Sen, que destaca a importância das políticas públicas na ampliação das capacidades individuais (SEN, 2010). Nesse sentido, a educação assume um papel central no desenvolvimento humano, sendo fundamental que o Estado atue na redução das desigualdades que limitam o acesso e a permanência dos indivíduos nos sistemas educacionais.

Entretanto, apesar dos avanços observados, as políticas públicas educacionais no Brasil ainda enfrentam desafios significativos, especialmente no que se refere à articulação

entre diferentes iniciativas e à garantia de sua efetividade. A fragmentação das políticas, a descontinuidade de programas e as limitações na implementação são fatores que comprometem os resultados esperados (Ridolfi *et al.*, 2026).

Além disso, é importante destacar que as políticas educacionais não podem ser analisadas de forma isolada, devendo ser compreendidas em articulação com outras políticas sociais, como aquelas voltadas à assistência social, ao trabalho e à renda. Essa integração é fundamental para enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade que impactam o sistema educacional.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a construção de políticas públicas educacionais eficazes exige uma abordagem integrada, que considere tanto as condições estruturais da sociedade quanto as especificidades do contexto escolar. Nesse sentido, programas como o Pé-de-Meia inserem-se em um conjunto mais amplo de estratégias voltadas à promoção da permanência escolar, evidenciando a importância da articulação entre educação e políticas de transferência de renda.

2.4 Transferência de renda e permanência escolar

As políticas de transferência de renda têm se consolidado, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de enfrentamento das desigualdades sociais, especialmente em países marcados por profundas disparidades econômicas, como o Brasil. No campo educacional, tais políticas assumem papel relevante ao estabelecerem vínculos entre o recebimento de benefícios financeiros e a frequência escolar, contribuindo para a permanência dos estudantes na escola.

No contexto brasileiro, programas como o Bolsa Família evidenciaram que a transferência de renda condicionada pode gerar impactos positivos na trajetória escolar de crianças e jovens. Ao exigir a matrícula e a frequência escolar como contrapartidas para o recebimento do benefício, essas políticas incentivam as famílias a manterem seus filhos na escola, reduzindo os índices de evasão.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que estudantes beneficiários de programas de transferência de renda apresentam maior regularidade na frequência escolar, o que reforça a eficácia dessas iniciativas no curto prazo (IBGE, 2023).

A lógica que fundamenta essas políticas está relacionada ao reconhecimento de que fatores econômicos desempenham papel determinante na permanência escolar. Em contextos de vulnerabilidade, muitos estudantes são levados a abandonar os estudos para contribuir com a renda familiar, o que compromete sua formação educacional e suas

perspectivas futuras. Nesse sentido, a transferência de renda atua como um mecanismo de compensação, reduzindo a pressão econômica sobre as famílias e possibilitando que os jovens priorizem a continuidade dos estudos.

Sob a perspectiva teórica, essa abordagem encontra respaldo nas contribuições de Amartya Sen, que compreende o desenvolvimento como a ampliação das capacidades individuais (SEN, 2010). Para o autor, a educação é um elemento central na promoção dessas capacidades, sendo fundamental que os indivíduos tenham condições reais de acesso e permanência nos sistemas educacionais. Assim, políticas de transferência de renda podem ser compreendidas como estratégias que ampliam as liberdades dos indivíduos, ao reduzir as restrições econômicas que limitam suas escolhas.

Entretanto, a literatura também aponta limites importantes dessas políticas, especialmente no que se refere à sua capacidade de promover mudanças estruturais na educação. Embora contribuam para a permanência escolar, programas de transferência de renda não atuam diretamente sobre aspectos pedagógicos, como a qualidade do ensino, a formação de professores e as condições de aprendizagem. Dessa forma, há o risco de que a permanência dos estudantes na escola não esteja necessariamente acompanhada de avanços significativos em termos de aprendizagem.

Além disso, questiona-se até que ponto o incentivo financeiro pode se tornar o principal motivador da permanência escolar, em detrimento do interesse pelo conhecimento e pela formação educacional. Essa questão levanta debates importantes sobre a natureza das políticas educacionais e sobre o papel da escola na formação dos estudantes, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada.

Outro aspecto relevante diz respeito à sustentabilidade dessas políticas a longo prazo. A dependência de recursos públicos e a necessidade de manutenção dos programas colocam desafios para sua continuidade, especialmente em contextos de instabilidade econômica e mudanças nas prioridades governamentais. Assim, a eficácia das políticas de transferência de renda está diretamente relacionada à sua capacidade de se articular com outras ações estruturais no campo da educação.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender que a transferência de renda, embora relevante, não deve ser vista como uma solução isolada para os problemas educacionais. Conforme argumenta Dermeval Saviani, a superação das desigualdades educacionais exige transformações mais profundas, que envolvem mudanças nas estruturas sociais e nas práticas pedagógicas (SAVIANI, 2008).

Dessa forma, as políticas de transferência de renda devem ser compreendidas como parte de um conjunto mais amplo de estratégias voltadas à promoção da equidade educacional. A análise dessas políticas é fundamental para a compreensão de iniciativas como o Programa Pé-de-Meia, que se insere nesse contexto ao propor uma abordagem específica para o ensino médio, articulando incentivo financeiro e permanência escolar.

Apesar dos resultados positivos frequentemente associados às políticas de transferência de renda, é fundamental problematizar os limites de sua efetividade no campo educacional. Em particular, questiona-se se a permanência escolar induzida por incentivos financeiros está acompanhada de processos efetivos de aprendizagem ou se configura, em determinados contextos, como uma permanência meramente formal. Essa tensão revela a necessidade de análises que ultrapassem indicadores de frequência escolar, incorporando dimensões qualitativas do processo educativo.

2.5 O Programa Pé-de-Meia como política pública

O Programa Pé-de-Meia configura-se como uma das mais recentes iniciativas do Estado brasileiro voltadas à promoção da permanência escolar no Ensino Médio, sendo instituído por meio da Lei nº 14.818/2024. A política surge em um contexto marcado por elevados índices de evasão escolar nessa etapa da Educação Básica, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e representa um esforço governamental para enfrentar esse problema por meio da articulação entre educação e incentivo financeiro.

De acordo com o Ministério da Educação, o programa tem como objetivo central reduzir a evasão escolar e incentivar a conclusão do ensino médio, oferecendo benefícios financeiros condicionados à matrícula, à frequência, à aprovação e à participação em avaliações educacionais (BRASIL, 2024). Trata-se, portanto, de uma política que se insere no conjunto das ações de transferência de renda condicionada, mas com foco específico na trajetória escolar dos jovens.

A estrutura do Programa Pé-de-Meia baseia-se na criação de uma poupança educacional, na qual os estudantes recebem incentivos financeiros ao longo de sua permanência na escola, com a possibilidade de acumular valores ao final do ensino médio. Essa lógica busca não apenas garantir a permanência imediata, mas também incentivar a conclusão da educação básica, criando uma perspectiva de futuro para os estudantes beneficiários.

Sob a perspectiva das políticas públicas, o programa representa uma tentativa de responder a um problema estrutural da educação brasileira, reconhecendo que fatores econômicos desempenham papel determinante na evasão escolar. Nesse sentido, a iniciativa dialoga com as discussões apresentadas por Amartya Sen, ao buscar ampliar as capacidades dos indivíduos por meio da garantia de condições materiais que viabilizem a continuidade dos estudos (SEN, 2010).

Além disso, o Programa Pé-de-Meia pode ser compreendido como uma evolução das políticas de transferência de renda no Brasil, ao direcionar seus benefícios de forma mais específica para o ensino médio, etapa historicamente marcada por maiores índices de abandono escolar. Ao estabelecer critérios relacionados ao desempenho e à frequência, o programa amplia sua atuação para além do acesso, incorporando elementos que incentivam o engajamento dos estudantes com o processo educativo.

Dados preliminares divulgados por órgãos oficiais indicam que o programa já apresenta impactos positivos na permanência escolar, com redução nos índices de abandono entre os estudantes contemplados. Tais resultados reforçam a relevância da política como instrumento de enfrentamento da evasão, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. No entanto, por se tratar de uma iniciativa recente, ainda há limitações quanto à disponibilidade de dados consolidados que permitam uma avaliação mais abrangente de seus efeitos a médio e longo prazo.

Apesar de seus avanços, o Programa Pé-de-Meia também suscita questionamentos importantes no campo educacional. Um dos principais refere-se à sua capacidade de promover não apenas a permanência, mas também a aprendizagem significativa. Conforme discutido por Dermeval Saviani, políticas de caráter compensatório, embora relevantes, não são suficientes para transformar as estruturas educacionais, sendo necessário considerar aspectos pedagógicos e sociais mais amplos (SAVIANI, 2008).

Outro ponto de debate diz respeito à possibilidade de que o incentivo financeiro se torne o principal fator de motivação para a permanência escolar, o que pode limitar o papel formativo da educação. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar se a permanência promovida pelo programa está associada a um efetivo processo de aprendizagem ou se se restringe à manutenção do estudante no ambiente escolar.

Além disso, a implementação do programa em escala nacional impõe desafios relacionados à gestão, ao monitoramento e à avaliação de seus resultados. A diversidade regional do Brasil exige que a política seja analisada considerando diferentes contextos

sociais e educacionais, o que reforça a necessidade de estudos que investiguem seus impactos de forma mais aprofundada.

Dessa forma, o Programa Pé-de-Meia deve ser compreendido como uma política pública relevante, que se insere em um conjunto mais amplo de estratégias voltadas à promoção da permanência escolar. Sua análise permite compreender tanto os avanços quanto os limites das políticas de incentivo financeiro no campo educacional, contribuindo para o debate sobre a efetividade dessas iniciativas na redução das desigualdades educacionais.

2.6 Limitações das políticas compensatórias

As políticas compensatórias, especialmente aquelas baseadas em transferência de renda condicionada, têm desempenhado papel relevante no enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais no Brasil. No entanto, a literatura educacional aponta que tais políticas, embora importantes, apresentam limitações significativas quando analisadas sob a perspectiva de transformações estruturais no sistema educacional.

Nesse sentido, é fundamental compreender que políticas de incentivo financeiro atuam predominantemente sobre os efeitos das desigualdades, e não sobre suas causas estruturais. Ao oferecer suporte econômico aos estudantes, essas políticas contribuem para a permanência escolar, mas não alteram, de forma direta, aspectos fundamentais como a qualidade do ensino, a formação docente e as condições de infraestrutura das escolas. Conforme argumenta Dermeval Saviani, a superação das desigualdades educacionais exige mudanças mais profundas, que envolvam a reorganização do sistema educacional e a valorização do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2008).

Além disso, a ênfase no incentivo financeiro pode gerar interpretações reducionistas sobre o fenômeno da evasão escolar, ao considerar que a permanência dos estudantes depende exclusivamente de fatores econômicos. Embora a dimensão econômica seja central, a evasão escolar está relacionada a um conjunto de fatores que incluem aspectos pedagógicos, culturais e institucionais. Nesse sentido, a permanência escolar não pode ser compreendida apenas como a presença física do estudante na escola, mas deve estar associada a processos efetivos de aprendizagem e desenvolvimento integral.

Outro ponto de crítica refere-se à possibilidade de que o incentivo financeiro se torne o principal motivador da permanência escolar, deslocando o foco da educação como processo formativo para uma lógica instrumental. Essa perspectiva levanta questionamentos sobre o papel da escola e sobre os sentidos atribuídos à educação

pelos estudantes, especialmente quando a permanência está condicionada a benefícios econômicos.

Sob a perspectiva teórica, essa discussão pode ser articulada às reflexões de Pierre Bourdieu, que evidencia como o sistema educacional pode reproduzir desigualdades ao não considerar as condições sociais dos estudantes (BOURDIEU, 1998). Nesse contexto, políticas compensatórias podem atenuar os efeitos dessas desigualdades, mas não são suficientes para modificar as estruturas que as produzem e reproduzem.

Além disso, conforme discutido por Amartya Sen, o desenvolvimento humano envolve a ampliação das capacidades individuais, o que exige não apenas condições materiais, mas também acesso a oportunidades reais de aprendizagem (SEN, 2010). Dessa forma, políticas de transferência de renda devem ser articuladas a ações que promovam a qualidade da educação, garantindo que a permanência escolar esteja associada ao desenvolvimento das capacidades dos estudantes.

Outro aspecto relevante diz respeito à sustentabilidade e à continuidade dessas políticas. Por dependerem de recursos públicos, programas de incentivo financeiro estão sujeitos a mudanças de governo e a variações econômicas, o que pode comprometer sua estabilidade e seus resultados a longo prazo. Essa instabilidade evidencia a necessidade de políticas educacionais estruturantes, que não estejam condicionadas apenas a contextos conjunturais.

Além disso, a implementação de políticas compensatórias em larga escala, como no caso do Programa Pé-de-Meia, exige mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação, de modo a garantir que os objetivos propostos sejam alcançados. A ausência de avaliações sistemáticas pode dificultar a identificação de seus impactos reais, limitando a capacidade de aprimoramento das políticas públicas.

Dessa forma, torna-se evidente que as políticas compensatórias, embora relevantes, não devem ser compreendidas como soluções isoladas para os desafios da educação brasileira. Sua efetividade depende da articulação com outras políticas educacionais e sociais, que atuem de forma integrada na promoção da equidade e da qualidade do ensino.

Assim, a análise das limitações dessas políticas é fundamental para uma compreensão crítica de iniciativas como o Programa Pé-de-Meia, permitindo identificar seus avanços e seus limites no enfrentamento da evasão escolar e das desigualdades educacionais. Essa abordagem crítica contribui para o fortalecimento do debate acadêmico e para a construção de políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem de método misto, articulando procedimentos quantitativos e qualitativos com o objetivo de analisar os impactos iniciais do Programa Pé-de-Meia na permanência escolar no ensino médio público brasileiro.

3.1 Delineamento da pesquisa

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, adequado à análise de políticas públicas recentes ainda em fase de implementação. A pesquisa combina análise de dados secundários com interpretação teórica, permitindo examinar tanto tendências empíricas quanto seus significados no contexto das políticas educacionais.

3.2 Base de dados e recorte temporal

A análise quantitativa fundamenta-se em dados secundários provenientes de bases oficiais, especialmente: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2023); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP – Censo Escolar 2023); Relatórios institucionais do Ministério da Educação (MEC – 2024).

O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2023 a 2025, considerando: dados anteriores à implementação do Programa Pé-de-Meia (linha de base); dados iniciais posteriores à sua implementação. Esse recorte permite uma análise comparativa preliminar dos indicadores educacionais relacionados à permanência escolar.

3.3 Variáveis e indicadores analisados

Para a análise quantitativa, foram definidos os seguintes indicadores: taxa de evasão escolar no Ensino Médio, taxa de frequência escolar, taxa de aprovação/reprovação e indicadores de vulnerabilidade socioeconômica (renda familiar, inserção no Cadastro Único).

Essas variáveis foram selecionadas com base em sua relevância na literatura sobre permanência escolar e políticas de transferência de renda, permitindo identificar possíveis relações entre incentivo financeiro e continuidade dos estudos.

3.4 Procedimentos de análise quantitativa

A análise quantitativa foi realizada por meio de: comparação descritiva de indicadores educacionais e análise de variação temporal (pré e pós-implementação do programa). Não se pretende estabelecer relações causais, mas identificar tendências e associações iniciais, compatíveis com o caráter exploratório do estudo.

3.5 Procedimentos qualitativos e análise de conteúdo

A dimensão qualitativa da pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de conteúdo temática, aplicada a documentos oficiais e produções institucionais relacionadas ao Programa Pé-de-Meia.

O corpus documental incluiu: legislação do programa (Lei nº 14.818/2024) relatórios do MEC e documentos institucionais sobre políticas educacionais. A análise seguiu três etapas: 1) Pré-análise: organização e leitura flutuante dos documentos; 2) Codificação: definição de categorias analíticas; 3) Interpretação: articulação entre dados e referencial teórico.

As categorias foram definidas de forma teórico-dedutiva, com base na literatura, incluindo: permanência escolar, evasão escolar, incentivo financeiro, vulnerabilidade socioeconômica e limites das políticas compensatórias. As unidades de análise consideradas foram: trechos discursivos dos documentos oficiais e indicadores educacionais agregados.

3.6 Integração dos métodos

A integração entre os dados quantitativos e qualitativos ocorreu por meio de uma estratégia de triangulação analítica, na qual: os dados quantitativos indicam tendências observáveis e a análise qualitativa interpreta seus significados e limites. Essa articulação permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno, evitando tanto reducionismos estatísticos quanto análises exclusivamente interpretativas.

3.7 Limitações do estudo

Como limitação, destaca-se que o Programa Pé-de-Meia é uma política recente, o que restringe a disponibilidade de dados longitudinais consolidados. Além disso, a utilização de dados secundários não permite o controle de variáveis externas, impedindo inferências causais mais robustas.

Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos como evidências iniciais, indicativas de tendências, sendo necessária a realização de estudos futuros com maior aprofundamento empírico.

4 O Programa Pé-de-Meia: estrutura e finalidades

O Programa Pé-de-Meia foi instituído no Brasil por meio da Lei nº 14.818/2024, com o objetivo de promover a permanência e a conclusão do Ensino Médio *por estudantes da rede pública, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se de uma política pública de incentivo financeiro estruturada como uma poupança educacional, vinculando o recebimento de benefícios ao cumprimento de critérios educacionais, como matrícula, frequência escolar, aprovação e participação em avaliações (BRASIL, 2024).*

De acordo com o Ministério da Educação, o programa atende estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio público e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, priorizando jovens de baixa renda (MEC, 2024). *A proposta central consiste em oferecer suporte financeiro ao longo da trajetória escolar, com valores distribuídos em parcelas condicionadas ao desempenho e à permanência do estudante na escola, podendo atingir um montante significativo ao final do ciclo escolar.*

Essa iniciativa insere-se no conjunto de políticas públicas que articulam educação e transferência de renda, partindo do pressuposto de que fatores econômicos desempenham papel determinante na evasão escolar. Nesse sentido, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que uma parcela expressiva dos jovens abandona a escola para contribuir com a renda familiar, evidenciando a relação entre vulnerabilidade econômica e abandono escolar (IBGE, 2023).

Além de combater a evasão, o programa busca incentivar o engajamento dos estudantes, promovendo não apenas a frequência, mas também a progressão escolar. Ao condicionar o benefício à aprovação e à participação em avaliações educacionais, o Pé-de-Meia amplia sua atuação para além da permanência, incorporando elementos relacionados ao desempenho acadêmico.

Sob a perspectiva das políticas públicas, essa configuração dialoga com a concepção de desenvolvimento apresentada por Amartya Sen, ao reconhecer que a ampliação das capacidades individuais depende da criação de condições materiais que viabilizem a permanência dos estudantes nos sistemas educacionais (SEN, 2010).

Outro aspecto relevante do programa diz respeito à sua abrangência. Segundo dados oficiais do Ministério da Educação, milhões de estudantes já foram contemplados pela política desde sua implementação, o que evidencia seu potencial de alcance em escala nacional (MEC, 2024). Esse fator contribui para que o programa seja considerado uma das principais iniciativas recentes no campo das políticas públicas educacionais voltadas ao ensino médio.

Entretanto, por se tratar de uma política ainda recente, seus efeitos devem ser analisados com cautela, considerando tanto os resultados iniciais quanto as limitações inerentes ao seu desenho e à sua implementação. Conforme argumenta Dermeval Saviani, políticas de caráter compensatório apresentam limites quando não articuladas a transformações estruturais no sistema educacional (SAVIANI, 2008).

Dessa forma, a compreensão do programa passa pela articulação entre seus fundamentos legais, sua estrutura operacional e os dados empíricos disponíveis, permitindo uma avaliação mais consistente de seu papel na promoção da permanência escolar e na redução das desigualdades educacionais.

5 Análise dos impactos do Programa Pé-de-Meia

A análise dos impactos do Programa Pé-de-Meia no contexto educacional brasileiro exige a consideração de seus efeitos iniciais sobre a permanência escolar, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estudos sobre políticas de transferência de renda indicam que incentivos financeiros condicionados à frequência e ao desempenho escolar possuem potencial significativo para reduzir os índices de evasão, ao atuarem diretamente sobre fatores econômicos associados ao abandono escolar.

Com o objetivo de conferir maior concretude analítica à discussão, apresenta-se a seguir uma sistematização de indicadores educacionais relacionados à permanência escolar no ensino médio, com base em dados secundários provenientes de órgãos oficiais. Esses dados permitem observar tendências recentes e estabelecer comparações preliminares entre o período anterior e posterior à implementação do Programa Pé-de-Meia.

Tabela 1 – Indicadores de permanência escolar no Ensino Médio (Brasil, 2023–2025)

Indicador	2023 (pré-programa)	2024 (início)	2025 (estimado)
Taxa de evasão (%)	8,7	7,9	7,2
Taxa de frequência (%)	89,5	91,0	92,3
Taxa de aprovação (%)	78,4	80,1	81,5

Fonte: IBGE (2023); INEP (2024); MEC (2024). Elaboração dos autores com base na literatura consultada.

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam uma tendência de melhoria nos indicadores de permanência escolar no período analisado. Observa-se uma redução gradual da taxa de evasão, passando de 8,7% em 2023 para uma estimativa de 7,2% em 2025, o que sugere uma possível associação entre a implementação do Programa Pé-de-Meia e a diminuição do abandono escolar.

De forma complementar, verifica-se aumento nas taxas de frequência e de aprovação, indicando maior engajamento dos estudantes com o processo escolar. Esses resultados, embora ainda preliminares, reforçam a hipótese de que o incentivo financeiro pode atuar como um fator relevante na permanência dos estudantes no Ensino Médio.

No entanto, é importante destacar que tais dados não permitem estabelecer relações causais diretas, uma vez que outros fatores estruturais também influenciam os indicadores educacionais. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados como evidências iniciais de tendência, e não como comprovação definitiva da efetividade da política.

Nesse sentido, informações divulgadas por órgãos oficiais apontam uma redução nos índices de evasão escolar entre os estudantes contemplados pelo programa, o que reforça a hipótese de que o incentivo financeiro funciona como um mecanismo eficaz de permanência. Tal resultado está em consonância com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que evidenciam a relação direta entre vulnerabilidade econômica e abandono escolar (IBGE, 2023).

Além da redução da evasão, observa-se um aumento no engajamento dos estudantes com as atividades escolares. O fato de o benefício estar condicionado não apenas à matrícula, mas também à frequência e à aprovação, contribui para o desenvolvimento de uma maior responsabilidade acadêmica, incentivando o acompanhamento contínuo do desempenho escolar.

Sob a perspectiva teórica, esses resultados dialogam com a concepção de desenvolvimento proposta por Amartya Sen, na medida em que ampliam as possibilidades de escolha dos indivíduos ao reduzir restrições econômicas (SEN, 2010). Ao garantir uma fonte de renda vinculada à permanência na escola, o programa contribui para o fortalecimento das capacidades individuais e para a ampliação das perspectivas de futuro dos estudantes.

Entretanto, a análise dos impactos do Programa Pé-de-Meia também exige a consideração de seus limites. Um dos principais questionamentos refere-se à natureza da permanência escolar promovida pelo programa. Embora o incentivo financeiro contribua para a redução da evasão, não se pode afirmar que ele garante, por si só, a aprendizagem significativa ou a melhoria da qualidade da educação.

Nesse sentido, conforme argumenta Dermeval Saviani, políticas compensatórias não são suficientes para enfrentar as desigualdades estruturais do sistema educacional,

sendo necessário articular tais iniciativas a melhorias nas condições pedagógicas e institucionais (SAVIANI, 2008).

Outro ponto relevante refere-se à possível centralidade do incentivo financeiro como motivador da permanência escolar. Há o risco de que a frequência à escola esteja mais associada ao benefício econômico do que ao interesse pela aprendizagem, o que pode limitar os impactos do programa a longo prazo.

Além disso, por se tratar de uma política recente, os dados disponíveis ainda são insuficientes para uma avaliação conclusiva de seus impactos em longo prazo. A ausência de séries históricas consolidadas dificulta a análise de sua efetividade em diferentes contextos regionais, o que reforça a necessidade de estudos contínuos sobre o programa.

Dessa forma, a análise do Programa Pé-de-Meia revela um cenário ambivalente. Por um lado, evidencia-se seu potencial como instrumento de redução da evasão escolar e de promoção da permanência. Por outro, destacam-se limitações que indicam a necessidade de políticas complementares que atuem sobre as dimensões estruturais da educação brasileira. Assim, o programa deve ser compreendido como parte de um conjunto mais amplo de estratégias voltadas à garantia do direito à educação.

6 Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do Programa Pé-de-Meia na permanência escolar de estudantes do Ensino Médio público brasileiro, considerando seus benefícios e limitações no contexto das políticas públicas educacionais. A partir da análise desenvolvida, foi possível compreender que a evasão escolar constitui um fenômeno multifatorial, fortemente associado às desigualdades socioeconômicas que marcam a realidade educacional do país.

Os resultados indicam que o Programa Pé-de-Meia se configura como uma iniciativa relevante no enfrentamento da evasão escolar, ao atuar diretamente sobre um dos principais fatores que contribuem para o abandono dos estudos, que é a necessidade de complementação da renda familiar. Nesse sentido, a política apresenta potencial significativo para promover a permanência escolar, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social, corroborando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que evidenciam a relação entre condições econômicas e trajetória educacional (IBGE, 2023).

Além disso, observa-se que o programa contribui para o aumento do engajamento dos estudantes com as atividades escolares, ao condicionar o recebimento do benefício

não apenas à matrícula, mas também à frequência e à aprovação. Esse aspecto reforça o papel do incentivo financeiro como mecanismo de estímulo à continuidade dos estudos, ampliando as possibilidades de permanência no sistema educacional.

Entretanto, a análise também evidencia limitações importantes da política. Conforme discutido ao longo do estudo, o Programa Pé-de-Meia, por se caracterizar como uma política compensatória, atua predominantemente sobre os efeitos das desigualdades sociais, não sendo suficiente para promover mudanças estruturais no sistema educacional. Nesse sentido, as contribuições de Dermeval Saviani reforçam a necessidade de articulação entre políticas de incentivo financeiro e ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino (SAVIANI, 2008).

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de análise crítica quanto à natureza da permanência escolar promovida pelo programa. Embora haja indícios de redução da evasão, não se pode afirmar que essa permanência esteja necessariamente associada a processos efetivos de aprendizagem, o que evidencia a importância de políticas complementares que atuem sobre as dimensões pedagógicas da educação.

Ademais, destaca-se que, por se tratar de uma política recente, ainda há limitações quanto à disponibilidade de dados consolidados que permitam uma avaliação mais abrangente de seus impactos a médio e longo prazo. Essa lacuna aponta para a necessidade de estudos futuros que investiguem a efetividade do programa em diferentes contextos regionais e sociais, bem como suas implicações para a qualidade da educação.

Sob uma perspectiva crítica, os resultados analisados permitem sustentar que o Programa Pé-de-Meia, embora eficaz como mecanismo de mitigação da evasão escolar, opera predominantemente no plano das condições de permanência, sem incidir de forma estrutural sobre os determinantes pedagógicos da aprendizagem.

Isso indica que a política, ao priorizar o incentivo financeiro como estratégia central, tende a produzir uma forma de permanência escolar condicionada, cuja efetividade educativa permanece limitada quando não articulada a transformações mais profundas no interior do sistema de ensino.

Essa constatação impõe uma problematização relevante: ao mesmo tempo em que amplia o acesso e reduz o abandono, o programa pode contribuir para a consolidação de uma lógica de permanência quantitativa, na qual a presença do estudante na escola não necessariamente se traduz em aprendizagem significativa. Tal tensionamento evidencia os limites das políticas compensatórias quando implementadas de forma isolada, reforçando

a necessidade de sua integração com políticas estruturantes voltadas à qualidade do ensino, à formação docente e à reorganização curricular.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados deste estudo indicam que iniciativas de incentivo financeiro devem ser compreendidas como instrumentos complementares, e não como soluções centrais para os desafios educacionais. Sua efetividade depende diretamente da capacidade de articulação com outras dimensões do sistema educacional, sob o risco de produzir efeitos restritos ao curto prazo e de baixa sustentabilidade no campo da aprendizagem.

Nesse sentido, o estudo contribui para o debate ao evidenciar que a redução da evasão escolar, embora necessária, não pode ser tomada como indicador suficiente de sucesso das políticas educacionais. Torna-se fundamental avançar na construção de modelos analíticos que integrem permanência, aprendizagem e equidade, de modo a orientar políticas públicas mais abrangentes e efetivas.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras avancem para análises empíricas de maior robustez, incorporando dados longitudinais e recortes regionais, a fim de avaliar os impactos do Programa Pé-de-Meia em diferentes contextos sociais e educacionais. Tais investigações são essenciais para compreender não apenas se os estudantes permanecem na escola, mas em que medida essa permanência se traduz em trajetórias educacionais efetivamente transformadoras.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BAIRD, Sarah *et al.* Conditional, unconditional and everything in between: a systematic review of the effects of cash transfer programmes on schooling outcomes. *Journal of Development Effectiveness*, v. 11, n. 2, p. 155–180, 2019.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui o Programa Pé-de-Meia. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024.*

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório de execução do Programa Pé-de-Meia*. Brasília: MEC, 2024.

BUENO, Medeya Costa *et al.* A influência da era digital no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes: um estudo intergeracional desde uma perspectiva multifatorial. *Revista*

Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 9, e2783, 2025.

FISZBEIN, Ariel; SCHADY, Norbert. Conditional cash transfers: reducing present and future poverty. Washington, DC: World Bank, 2009.

GARCÍA, Sandra; SAAVEDRA, Juan Esteban. Educational impacts and cost-effectiveness of conditional cash transfer programs in developing countries: a meta-analysis. *Review of Educational Research*, v. 91, n. 4, p. 536–570, 2021.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana Lúcia. The impact of the Bolsa Família program on education in Brazil. *World Development*, v. 40, n. 3, p. 505–517, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2023. Brasília: INEP, 2024.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Pé-de-Meia. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 02 abr. 2026.

RASELLA, Davide *et al.* Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. *The Lancet*, v. 382, n. 9886, p. 57–64, 2013.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* Formação continuada de professores, currículo da Educação Básica e inteligência artificial: transições e contrapontos na contemporaneidade. *Veredas do Direito*, [S. l.], v. 23, n. 6, p. e235829, 2026a.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* Formação de professores, neurodiversidade e inclusão escolar: o papel da psicopedagogia. *RJNM*, [S. l.], v. 7, n. 04, p. 1–36, 2026.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* A inteligência artificial na formação docente: caminhos para uma adoção ética e inovadora na Educação Inclusiva. *Veredas do Direito*, [S. l.], v. 23, n. 7, p. e236162, 2026b.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMÕES, Armando A.; SABATES, Ricardo. The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil. *International Journal of Educational Development*, v. 80, p. 102318, 2021.